

De verbo funcional a verbo substantivo: uma hipótese para a supressão de *haver* no português brasileiro

Juanito Avelar
UNICAMP



Introdução

Vou iniciar este artigo descrevendo duas experiências pessoais que ilustram o (ainda pouco compreendido) percurso do verbo *haver* no português brasileiro. Uma das experiências remonta à pergunta de um aluno numa turma de ensino médio para a qual eu ministrava aulas de gramática: “Como se conjuga o verbo *houver* no presente do indicativo?”. O aluno se surpreendeu com a informação de que *houver* faz parte da conjugação de *haver* no futuro do subjuntivo e que, no presente do indicativo, é usado como em *há muitos verbos esquisitos na língua*. Para ele, *haver* e *houver* eram itens de significados diversos: “Se digo *há*, estou dizendo que algo existe; se digo *houve*, estou dizendo que algo aconteceu. Se *existir* e *acontecer* são diferentes, por que *haver* e *houver* são um mesmo verbo?”.

A outra experiência envolve o verbo *ter*, mas ilustra “quão proibido” é o uso de *haver* em certos contextos. Em Campinas, interior paulista, ouvi um daqueles funcionários que recebem dinheiro em peruas lançar perguntas do tipo “Tem Avenida Brasil? Tem Taquaral? Tem Tapetão? Tem Barão Geraldo? Tem Hospital?”, querendo significar “Alguém vai descer na Avenida Brasil? Taquaral? Tapetão? Barão Geraldo? Hospital?”. Seguidamente, um passageiro da perua respondeu: “Hospital, tem eu.” Soaria estranho se as perguntas fossem feitas com *haver*, algo como: “Há Avenida

Brasil? Há Taquaral? Há Tapetão? Há Barão Geraldo? Há Hospital?"; igualmente estranha seria uma resposta como "Hospital, há eu". A impossibilidade de *haver* nesses contextos convida a uma reflexão acerca das condições que possibilitam ou restringem a variação entre os dois verbos.

Neste trabalho, argumento que fatos como esses indiciam uma mudança na funcionalidade de *haver*: este item exibe sintomas que sugerem seu uso não mais como uma forma funcional, do tipo *ser*, *estar* ou *ter*, mas como um verbo substantivo. Para sustentar esta visão, sigo alguns pressupostos da Morfologia Distribuída (Halle & Marantz 1994, Embick & Noyer 2004), que propõe uma visão não-lexicalista para a Teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky & Lasnik 1993). Interessa-nos mais de perto a oposição entre elementos **funcionais** e **substantivos**: neste modelo, a matriz fonológica de elementos substantivos, normalmente associadas a um conteúdo extra-lingüístico, são inseridas na estrutura no início da derivação, enquanto os itens funcionais, codificadores de informações gramaticais, recebem sua matriz a caminho do componente fonológico. As restrições ao uso de *haver* resultariam da migração de sua matriz para o arquivo de itens substantivos, o que o estaria levando a alguma forma de especialização semântica.¹

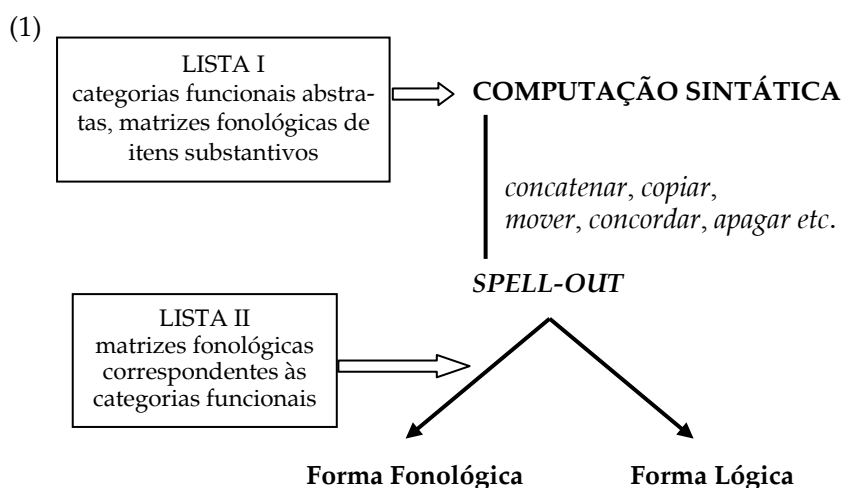
O estudo vem assim dividido: na seção 1, abordo a oposição entre categorias funcionais e substantivas na Morfologia Distribuída e suas conseqüências para abordagens diacrônicas; nas seções 2 e 3, resalto fatos do percurso de *haver* no português que indiciam o seu caráter substantivo; na seção 4, finalmente, esboço uma proposta de formalização para as mudanças envolvendo *ter* e *haver* em construções existenciais, associando-as a um conjunto mais amplo de transformações pelas quais vem passando o português brasileiro.²

¹ Alguns julgamentos de aceitabilidade destacados ao longo do texto podem ser válidos apenas em meu dialeto, que corresponde a uma variedade do falar fluminense. Acredito, contudo, que possíveis diferenças, detectadas em diferentes regiões, não interfiram na validade da proposta. Vale ressaltar os números apresentados em Leite & Callou 2002:55, considerando cinco capitais na década de 70, mostrando o avanço de *ter* sobre *haver* em contextos existenciais: *ter* chegava a 73% dos casos em Porto Alegre e Salvador, a 68% em Recife, a 63% no Rio de Janeiro e a 56% em São Paulo.

² A análise se restringe às construções existenciais, embora existam outros ambientes em que *ter* e *haver* variem, como na função de auxiliar (*tinha/havia comprado*), com uma freqüência maior do primeiro. A sobreposição de *ter* a *haver* como auxiliar, contudo, não é uma criação do português brasileiro: já no século XVI, *ter* é o verbo mais usado nessa função (Mattos e Silva 2002), tanto que é a forma do possessivo a largamente usada no português europeu contemporâneo. As razões históricas para *ter* e *haver* variarem como auxiliar não devem assim ser as mesmas que as observadas para o uso desses verbos como formas existenciais no português brasileiro.

1 A oposição funcional-substantivo na Morfologia Distribuída

Em vez de um *componente lexical* propriamente dito, a Morfologia Distribuída propõe a existência de *listas*, acessadas ao longo da gramática, que vão abarcar informações sobre itens vocabulares. Pelo esquema a seguir, o ponto de partida para uma derivação é a LISTA I, que contém tanto matrizes fonológicas de itens substantivos (verbos plenos, adjetivos, substantivos) como núcleos correspondentes a categorias funcionais, estes sem informação fonológica associada (por exemplo, as categorias de gênero, número, pessoa, tempo *etc.*, além das correspondentes a verbos funcionais, do tipo *ser, ter, ir e estar*). A inserção de material fonológico para as categorias funcionais se dá no caminho para a Forma Fonológica, pelo acesso à LISTA II, que contém as matrizes correspondentes aos traços dos núcleos funcionais.



Seguindo Embick & Noyer 2003, vou assumir que a LISTA II dispõe de entradas vocabulares que trazem, além da matriz, um conjunto de informações sobre *loci* possíveis de realização. Tais informações dizem respeito, por exemplo, aos traços morfossintáticos correspondentes a uma matriz e às condições de localidade para a sua inserção (como especificações sobre a natureza das categorias que devem estar adjacentes ao núcleo de inserção). Consideremos como exemplo os casos de *go* e *went* no inglês, tomados por Embick & Halle 2004:20 como realizações de um núcleo funcional. Não existe qualquer dessas formas na estrutura sintática: o

sistema extrai da LISTA I apenas uma categoria abstrata (V_{GO}), sem realização fonológica (apenas com traços morfossintáticos e semânticos), e a conecta à estrutura; ao final da derivação, V_{GO} vai se encontrar adjacente à categoria de T(empo). A matriz será inserida apenas no caminho para a forma fonológica, com o acesso à LISTA II, que deverá conter uma entrada como as seguintes especificações:

- (2) ENTRADA VOCABULAR CORRESPONDENTE AOS TRAÇOS DE V_{GO}
 $V_{GO} \leftrightarrow \sqrt{\text{went}} / \text{--- } T_{\text{past}} \quad V_{GO} \leftrightarrow \sqrt{\text{go}}$

Duas matrizes estarão, dessa forma, em concorrência para a inserção. Entra então em jogo o chamado *Subset Principle*, expresso em (3) a seguir (Embick & Noyer 2004: 6-8), para determinar qual é a matriz apropriada a uma determinada posição. No caso em questão, a concorrência será vencida pela matriz cujas condições especificadas na entrada em (2) condizerem com a situação em que V_{GO} se encontra: $\sqrt{\text{went}}$ será a escolhida se V_{GO} estiver associada a T_{past} , e $\sqrt{\text{go}}$ será a forma eleita em todos os outros casos.

- (3) **Subset Principle:** *A matriz fonológica de um item vocabular é inserida numa determinada posição se o item reúne pelo menos uma parte dos traços que estão especificados em tal posição. A inserção deve ser bloqueada se o item mostra informações (conjunto de traços e/ou condições de localidade para a inserção) que não condizem com a situação da categoria abstrata que deve receber a matriz. Quando vários itens reúnem condições para a inserção, aquele que reunir o maior número de informações correspondentes à categoria abstrata deve ser o escolhido.*

A oposição entre categoria funcional e categoria substantiva baseada no ponto da derivação em que a matriz é inserida traz conseqüências interessantes para estudos diacrônicos, particularmente no que concerne à noção de *gramaticalização*. Se o processo de gramaticalização corresponde, *grosso modo*, à passagem de uma condição substantiva para funcional (ver Roberts 1994), isso quer dizer que uma determinada matriz vai deixar de compor o acervo da LISTA I num determinado estágio da língua, para entrar no acervo da LISTA II num estágio posterior.³

³ Um caso seria o de *ter*, que no português antigo exibia uma significação bem delineada, veiculando noções como *segurar* e *prender* (ver Mattos e Silva 1997). Esse verbo

Uma situação interessante seria aquela em que, num processo oposto, a matriz migrasse do acervo dos itens funcionais para o dos substantivos. Em termos semânticos, uma vez na LISTA I, o item poderia apontar para algum conteúdo bem marcado. Neste estudo, proponho exatamente que *haver* deixou de compor o acervo de itens funcionais do português brasileiro: ao perder o posto de existencial canônico, *haver* passou a residir ao lado de itens como *existir*, *acontecer* e *ocorrer*, cujas construções expressam um conteúdo similar ao de certas existenciais. Além da redução drástica em sua frequência, pode-se apontar a existência de contextos existenciais que restringem seu uso como um sinal desse processo. Os exemplos em (4) a seguir, contrariamente àqueles em (5), correspondem a contextos nos quais, na minha avaliação (ver nota 1), *haver* causaria estranhamento.

- (4) a. Sempre tem / ??há mulher desfilando pelada na Marquês de Sapucaí.
b. Tem / *Há gente que detesta ir à praia.
c. Teve / *Houve muitos docinhos na festa que o professor deu.
- (5) a. Sempre vai ter / haver políticos querendo tirar proveito dos eleitores.
b. Tinha / Havia muitos livros bons na biblioteca.
c. Teve / Houve uma confusão danada na hora da festa.

Um ponto chave é determinar a razão de *haver* ter a sua condição alterada, bem como o porquê de o processo não ter se verificado no português europeu. Na seção 4, defendo que a mudança reflete o surgimento de restrições para o licenciamento de sujeito nulo, resultante da redução do paradigma flexional, fato sem paralelo na história do português europeu.

2 Um pouco do percurso de *haver* na história do português

Como destacado em Mattos e Silva 1989,1997, *haver* experimentou pelo menos dois embates no português antigo. Um deles foi travado contra *ser* pelo posto de verbo existencial, quando este

passou a disputar com *haver* o posto de possessivo, tornando-se categórico nestes contextos já no século XVI. Considerando o esquema em (1), a matriz fonológica de *ter* teria migrado da LISTA I, onde funcionava como um verbo pleno, para a LISTA II, onde as matrizes correspondem a núcleos funcionais.

atuava como o existencial prototípico, ocorrendo em construções como aquelas em (6) a seguir. No século XIII (Mattos e Silva 1997), *haver* ocorre “timidamente” em contextos existenciais, em casos como aqueles em (7), mas nos séculos seguintes desponta dominante em tais contextos, condição que preserva até os dias atuais no português europeu.

- (6) a. non *foi* quem podesse (Mattos e Silva 1997: 262)
- b. seen empeço d’ome que *seja* (Mattos e Silva 1997: 262)
- c. *foi* hua vila duu homen (Mattos e Silva 1989: 525)

- (7) a. En hua abadia huu tesoureiro *avia*
- b. ... que non *avia* y mouros nem judeus
- c. com sua herdade que y *ha* e co suas pertijças
(Mattos e Silva 1997: 262)

O outro embate foi contra *ter*, em construções possessivas. Entre essas sentenças, *haver* era o verbo canônico, ocorrendo em construções como em (8) a seguir, onde gradualmente foi perdendo espaço para *ter*. Em meados do século XVI, *ter* já era categórico em contextos possessivos, condição que se mantém no português brasileiro e no europeu.

- (8) a. quanta herdade eu *ey* (Mattos e Silva 1997: 270)
- b. Ele non pode *aver* remedio (Mattos e Silva 1989:591)

No português brasileiro, *haver* e *ter* experimentaram um novo embate pelo posto de verbo existencial, com o segundo, pelo observado até aqui, se saindo vencedor. O gráfico na Figura 1 adiante mostra, para contextos existenciais, o percentual dos dois verbos em documentos produzidos ao longo de oito séculos, com dados extraídos de textos produzidos exclusivamente no Brasil a partir dos séculos XIX e XX. Notemos que, no século XX, *ter* chega a apenas 30%, o que põe em xeque a idéia de que *haver* teria perdido a função de verbo prototípico. Contudo esse quadro parece antes um reflexo do conservadorismo a que tende a língua escrita que ao retrato do que realmente pode estar ocorrendo na linguagem falada.

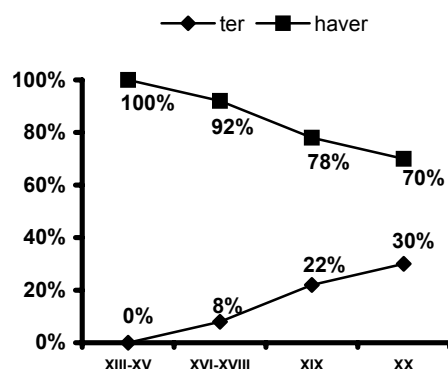


Figura 1: *Ter* e *haver* do século XIII ao XX, em contextos existenciais, em dados de textos produzidos exclusivamente no Brasil a partir do século XIX. (Fontes: Mattos e Silva 1989, 1997 para os séculos XIII-XVI, Eleutério 2003 para o XVII e Callou & Avelar 2000, 2002, 2003 para XVIII-XX)

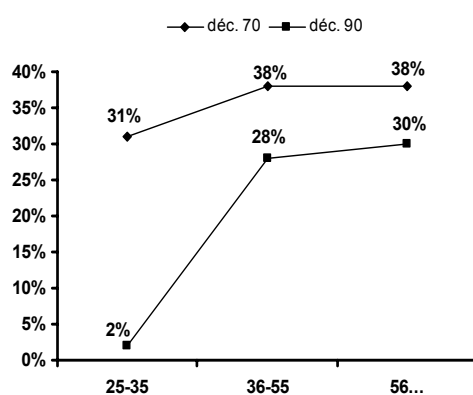


Figura 2: Frequência de uso do *haver* (com relação ao de *ter*) por faixa etária na fala culta carioca em contextos existenciais, nas décadas de 70 e 90. (Fonte: Callou & Avelar 2000, p. 94)

Com relação ao século XIX, é provável que, na língua oral, a frequência de *ter* entre as existenciais fosse bem maior que o percentual indicado na Figura 1, de 22%. Conforme observa Júlio Ribeiro, importante gramático da época, o uso de *ter* vinha “se tornando geral no Brasil, até mesmo entre as pessoas ilustradas” (Ri-

beiro 1914:296). Para comparação, vale observar que os índices do século XX no mesmo gráfico correspondem a dados de textos produzidos em sua última década, período para o qual sabemos que o percentual de *haver* na linguagem falada é menor que o de *ter*, como indicado na Figura 2, com números da fala carioca (ver também seção 3). Nas três faixas etárias consideradas, *haver* é o menos freqüente, tanto na década de 70 quanto na de 90, condição oposta à que se detecta na modalidade escrita do período. É provável que o mesmo esteja ocorrendo no século XIX, com a escrita deixando de refletir as tendências mais fortes da língua oral.

O que mais salta aos olhos na Figura 2 é a queda abrupta na freqüência de *haver* entre os indivíduos mais jovens da década de 90. Na próxima seção, vou me ocupar mais detidamente dos dados produzidos por esses indivíduos para argumentar que a diminuição de *haver* pode estar atrelada à marcação de sua matriz como um elemento substantivo, e não mais funcional.

3 *Haver* no português brasileiro contemporâneo

Fatos qualitativos, atrelados a informações quantitativas como as mencionadas, indiciam a mudança na funcionalidade de *haver*. Por exemplo, o uso de *acontecer* em ambientes existenciais, como mostro adiante, supera o de *haver* entre os jovens, o que leva a questionar se é ainda adequado falar na variação *ter/haver* como uma competição entre formas funcionais. Uma resposta positiva implica incluir na variação um terceiro verbo, reconhecidamente substantivo, dado ser sua freqüência maior que a de *haver*. Um outro argumento foi ressaltado na seção 1: *haver* não tem trânsito livre entre as existenciais, como observamos em (9) a seguir. Mais adiante, trago dados que permitirão avaliar esse contraste pela observação de fatos de oralidade envolvendo também formas como *existir* e *acontecer*.

- (9) a. Sempre tem / ??há mulher desfilando pelada na Marquês de Sapucaí.
b. Tem / *Há gente na festa que odeia cheiro de cigarro.
c. Tinha / *Havia vezes que o Pedro chegava bêbado em casa e batia na esposa.
d. Teve / *Houve muitos docinhos na festa que a Maria deu.
e. A: Tem / *Há pão? B: Tem / *Há.

Para refletir sobre esses contrastes, consideremos um conjunto de sentidos para as sentenças que chamamos de *existenciais*. A

noção de *existência* propriamente dita – a exibida por *existir* – está longe de ser a única veiculada, como observamos em (10)-(15) a seguir: as construções com *ter* – aqui tomadas como as existenciais canônicas – podem ser parafraseadas não apenas por sentenças com *existir*, mas também com *acontecer*, *dar* e a locução *(es)tar com* (ver Avelar 2004). O fato de os substitutos de *ter* não serem intercambiáveis na maioria dos casos evidencia o esvaziamento deste verbo. O verbo *existir*, por exemplo, pode entrar em (10), (15), (e talvez em (12)), mas não em casos em que *dar* e *acontecer* são geralmente admitidos. Como existencial, portanto, *ter* é semanticamente neutro (fato também atestado em seu uso possessivo), com seu significado dependendo da composição de sentidos dos outros constituintes na sentença (ver Viotti 1999).

- (10) a. *Tem* pouco livro do Chomsky na biblioteca.
 b. *Existe* / **Acontece* / **Dá* / *(Es)tá com* pouco livro do Chomsky na biblioteca.
- (11) a. *Teve* uma briga horrível na festa da Ana.
 b. **Existiu* / *Aconteceu* / *Deu* / **(Es)teve com* uma briga horrível na festa da Ana.
- (12) a. *Tinha* dois policiais dentro do banco na hora do assalto.
 b. *?Existia(m)* / **Acontecia* / **Dava* / *(Es)Tava com* dois policiais dentro do banco na ...
- (13) a. Vai *ter* muita gente na festa da Ana.
 b. Vai **existir* / **acontecer* / *dar* / *(es)tar com* muita gente na festa da Ana.
- (14) a. “cê vê a multidão né de gente... levando... seus filhos... levando os avós (para) caminharem né... então quando não tem praia (eles) andam muito no calçadão (isso)... na parte da manhã e da tarde... na parte da noite” (NURC/RJ – 0025 / 90)
 b. ...quando não **existe* / **acontece* / *dá* / *??(es)tá com praia...*
- (15) a. “lá tinha várias faculdades... faculdade de odontologia... faculdade de letras... psicologia... filosofia... história... uma porção...” (NURC/RJ – 0015 / 90)
 b. ... lá *existia(m)* / **acontecia(m)* / **dava(m)* / *?(es)tava com* várias faculdades...

O verbo *haver*, nestes termos, pode ser incluído no rol de *existir*, *acontecer*, *dar* e *estar com*. As restrições à sua ocorrência naqueles casos em (9) são provavelmente devidas à veiculação de algum conteúdo que abarca a integralidade das existenciais. *Ter* e *haver*, pelo menos para os cariocas de minha geração, ocupariam patamares distintos de funcionalidade, com o segundo se comportando como um item substantivo.

Qual seria, então, o conteúdo em *haver* que o restringe em certas existenciais? A resposta não é simples, mas os resultados obtidos por Callou & Avelar 2000 podem lançar alguma luz na tentativa de identificar possíveis tendências. Os autores levantaram 1.528 construções existenciais com *ter* e *haver* em entrevistas realizadas nas décadas de 70 e 90 pelo projeto NURC-RJ, entre falantes distribuídos por três faixas etárias (25-35; 36-55; 56 em diante). Nas duas décadas, sem surpresa, *ter* foi mais freqüente que *haver* (ver o gráfico da Figura 2). Contudo dois fatores intralingüísticos foram relevantes, em ambas as décadas, para a ocorrência de *haver*: o tempo verbal e a especificidade semântica do argumento interno.

Sobre o tempo verbal, observou-se que construções no passado favorecem a ocorrência de *haver* nas duas décadas, embora o percentual de *ter* tenha subido em ambos os recortes. A figura 3 a seguir mostra que, entre as construções no presente, *haver* chega a apenas 30% em 70, e cai para 12% em 90; entre as do perfeito, as únicas em que seu uso supera o de *ter*, o percentual atinge 90% em 70 e cai para 65% em 90; no imperfeito, o percentual não se altera, ficando em torno dos 25% nas duas décadas; entre os outros tempos verbais – perfazendo apenas 6% das ocorrências – a freqüência de *haver* supera a de *ter* na década de 70, mas cai para 38% em 90. Callou e Avelar 2000 interpretam esses números como indicativos de que, na fala carioca, *haver* tornou-se um verbo típico de narração, modalidade que privilegia o uso do “passado”. *Ter*, por sua vez, teria trânsito livre em qualquer contexto, narrativo ou não.

Sobre a especificidade do argumento interno, foi considerada a seguinte divisão: *animado* (16), *inanimado material* (17), *espaço* – designação de locais públicos, bairros, cidades, regiões, localização em geral (18), *abstrato* (19) e *evento* (20). Nas duas décadas, o uso de *haver* é favorecido pelos tipos *abstrato* e *evento*, embora não supere o percentual de *ter* em nenhuma das situações (ver a figura 4). Notemos que os tipos *animado*, *inanimado material* e *espaço* apresentam em comum o traço [+MATERIAL], enquanto *abstrato* e *evento* são [-MATERIAL]. A ocorrência de *haver*, portanto, é favorecida por argumentos com o traço [-MATERIAL], enquanto *ter* mostra freqüências significativas com qualquer tipo de argumento.

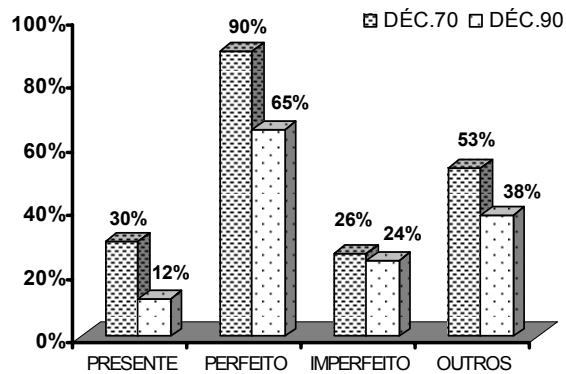


Figura 3: Frequência de *haver*, com relação a *ter*, por tempo verbal nas décadas de 70 e 90.

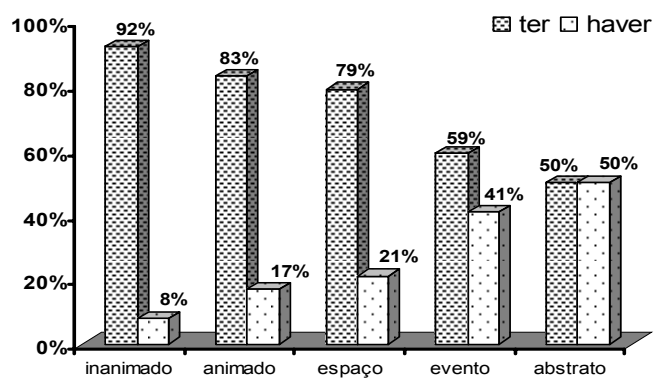


Figura 4: Frequência de *ter* e *haver* pela especificidade semântica do argumento interno, juntando as duas décadas.

- (16) a. **há** *mulheres* que se comportam da mesma maneira que homens (233 / 70)
 b. aqui no Leblon **tem** *o Padre Zeca* (347 / 90)
- (17) a. **havia** *muita banana* (140 / 70)
 b. **tinha** *biscoitos* na Colombo (002 / 90)

- (18) a. **havia** *alguns cinemas* na cidade (259 / 70)
 b. **tem** *bairros sensacionais* fora de Salvador (255 / 70)
- (19) a. não **havia** *uma censura* tão grande, não havia exageros (259 / 70)
 b. não **tem** mais *o charme* que tinha (255 / 70)
- (20) a. quando eu fiz quinze anos, **teve** *uma festa maravilhosa* (002 / 90)
 b. foi uma fase que **houve** *concursos públicos* (164 / 70)
 Callou & Avelar 2000: 90

Detendo-se no registro de falantes mais jovens, creio não ser mais possível falar de uma variação entre *ter* e *haver* (este chegando a apenas 2% de uso) como uma competição entre formas funcionais. Para sustentar essa visão, analisei dados desses falantes, considerando também formas como *existir* e *acontecer*.⁴ Foram levantadas 245 sentenças existenciais, cada uma sendo marcada de acordo com a possibilidade de intercâmbio entre os verbos. Assim, uma sentença como aquela em (21) a seguir, com o uso de *ter*, pode ter o verbo substituído por *haver* ou *existir*, mas não por *acontecer*. Esse tratamento facilitou a observação dos contextos que restringem ou licenciam um verbo, bem como permitiu verificar se *haver* demonstra uma mesma liberdade de trânsito entre os diversos contextos.

- (21) **tem** [*há, existe(m), *acontece(m)*] opções hoje de... de... de lazer que eu não tinha na minha época... computador... (0023 / 90)
- (22) final de semana retrasado... **teve** [*houve, *existiu, aconteceu*] uma reunião na casa dum companheiro... (0015 / 90)
- (23) lá você tem o castelo do cara , por exemplo, **tem** [**há, *existe, *acontece*] jardim, tá, com lago em volta (0003 / 90)

⁴ Os inquéritos estão disponíveis em <http://www.letas.ufrj.br/nurc-rj/>. O corpus com os inquéritos dos falantes mais jovens da década de 90 consiste de oito entrevistas (quatro homens e quatro mulheres), todas realizadas com indivíduos de formação superior, nascidos e criados na cidade do Rio de Janeiro, com idade entre 25 e 35 anos. Foram utilizados dois inquéritos a mais que o total empregado no estudo de Callou & Avelar 2000 (que se valeu de seis das oito entrevistas), o que pode ter resultado em diferenças (ainda que insignificantes) com relação às frequências apontadas naquele trabalho.

- (24) (o) respeito com pessoas mais velhas, sabe? isso *tem* [**há, existe, ?acontece*] muito no Japão... (0012 / 90)
- (25) eu talvez pudesse me interessar por um brinquedo de outro tipo... mas não *havia* [*tinha, existia, *acontecia*] essa possibilidade... (0023 / 90)
- (26) o curso de cálculo, como ele é dado, ele é voltado pra, pra, formar engenheiro civil, porque era o normal, né, era o que *existia* [*tinha, havia, acontecia*] antigamente (0001 / 90)
- (27) ah! mãe, tô triste, *aconteceu* [*teve, ?houve, *existiu*] isso, sabe, meu namorado fez isso (0003/90)

A figura a seguir mostra o percentual dos quatro verbos: *ter* foi empregado em 75% dos casos, seguido por *acontecer* (15%), *haver* (6%) e *existir* (4%). Os números mostram que *haver*, entre os cariocas mais jovens, se afastou do padrão de recorrência de verbos inequivocamente funcionais como *ter*, *ser*, *estar* e *ir*, que apresentam alta frequência de uso.⁵

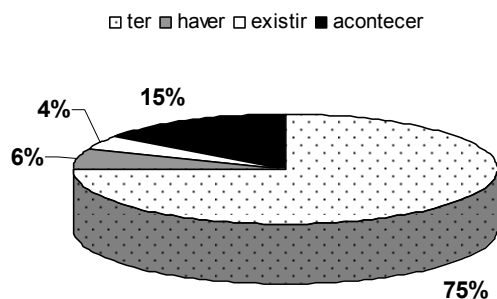


Figura 5: Frequência de *ter*, *haver*, *existir* e *acontecer* entre os falantes mais jovens da década de 90.

Um dos fatos que chamam atenção na fala dos jovens é a inexistência de *haver* no pretérito perfeito, embora seja este o tempo

⁵ Encaminho o leitor para Marques 1996, onde se apresenta um levantamento de todos os verbos, adjetivos e substantivos encontrados nos inquéritos do NURC-RJ, bem como a frequência de cada um dos itens. A frequência de formas como *ter*, *ser*, *estar* e *ir* estão entre as mais altas do acervo, diferentemente de formas como *haver*, *existir* e *acontecer*, os três com baixa frequência.

que condiciona o seu uso entre as demais faixas etárias (ver a Figura 3). Apenas *ter* e *acontecer* foram detectados no perfeito, com o segundo ocorrendo em 12 das 17 construções neste tempo. Este fato pode lançar alguma luz sobre a experiência relatada na introdução, envolvendo um aluno que via *haver* e *houver* como itens diferentes. Uma vez que a segunda forma tem trânsito restrito na língua oral, é compreensível que os falantes não mais tenham a percepção de que *há* e *houve* sejam conjugações de um mesmo verbo. Vale ressaltar que tanto as construções com *ter* como aquelas com *acontecer* no pretérito perfeito, pronunciadas pelos mais jovens, poderiam ser (pelo menos, na minha avaliação) realizados com *haver*, como naqueles casos apresentados em (22) e (27), o que dificulta depreender o porquê de tais usuários não produzirem *haver* neste tempo.

Um outro fato interessante é que, entre as construções no presente e no pretérito imperfeito, que correspondem à maioria (208 entre as 245 levantadas), *ter* pode ser trocado por *haver* ou *existir* na maioria dos casos (154 em 208), mas não por *acontecer* (31 em 208). Este contraste sugere que, se no pretérito perfeito *haver* é preferencialmente interpretado como *acontecer* (ainda que não tenha ocorrido *haver* em tal tempo entre os mais jovens), no presente e no imperfeito é preferencialmente interpretado como *existir*.

Portanto os contrastes no uso de *ter* e *haver* parecem estar, em última instância, atrelados a condicionamentos para o uso de *haver* que passam pela particularidade do tempo expresso no verbo e, de acordo com a análise de Callou & Avelar 2000, pela especificidade semântica do argumento interno. Diferentemente, não existem condicionamentos pontuais para *ter*, cujo uso é generalizado. A oposição indicia que *haver* deixou de ser um item funcional, adquirindo um perfil substantivo, com tendência à especialização em certos tipos de contextos existenciais. De um ponto de vista mais formal, essa mudança de *status* pode ser compreendida, na história do português brasileiro, como uma migração da matriz de *haver* da LISTA II para a LISTA I, naquele esquema apresentado em (1).

Além de restrições ao uso de *haver*, essa hipótese tem dois outros pontos a seu favor. Um está relacionado com o fato de, pelo menos no dialeto em questão, *haver* e *houver* apontarem para significados diferentes. Uma vez que a escolha de uma raiz para *haver* não pode mais ser regulada pelo *Subset Principle*, que atua somente na inserção dos itens presentes na LISTA II, $\sqrt{hav-}$ e $\sqrt{houv-}$ vão passar a corresponder a dois itens distintos na LISTA I, o que abre espaço para o usuário da língua perceber as duas raízes com acepções diferenciadas. Assim $\sqrt{hav-}$ e $\sqrt{houv-}$ podem estar recebendo

interpretações distintas (vide a experiência que relatei na introdução) exatamente por terem entrado no acervo de categorias substantivas, com seus conteúdos aproximando-se, respectivamente, aos de verbos como *existir* e *acontecer*. Obviamente, para sustentar esta idéia será preciso acompanhar o itinerário de *haver* entre as próximas gerações.

Um outro ponto a favor diz respeito a um fato para o qual Magalhães (em preparação) atenta: pelo menos até os três anos, crianças adquirindo o português brasileiro não apresentam sentenças com *haver*, com suas existenciais sendo construídas exclusivamente com *ter*, como em (28)-(29) a seguir. *Haver* deve então ser adquirido tardiamente, talvez apenas em idade escolar, quando a criança entra em contato com a língua escrita. Ressalte-se que, dada a relevância de itens funcionais para a estruturação da gramática final de um indivíduo, é implausível que uma categoria funcional seja adquirida tão tardiamente, como parece ser o caso de *haver*. Diferentemente, o aprendiz do português europeu mostra construções existenciais com *haver* já aos dois anos de idade, como nos exemplos em (30)-(31), condizente com o fato de que, nesta língua, este verbo consiste num item funcional.

- (28) ADULTO: e aí # (es)tá boa essa água?
ADULTO: (a)cabo(u)?
CRIANÇA: hum@i!
a criança mostra o copo ainda com água.
CRIANÇA: não.
ADULTO: não.
CRIANÇA: uh@p # **tem**? PB (2;4.11)
- (29) ADULTO: ah@i é # o livro do papai!
CRIANÇA: vai le(r).
ADULTO: vai le(r)?
CRIANÇA: esse aqui.
mostrando o livro.
ADULTO: esse aí?
CRIANÇA: só um # **tem** out(r)o # só um? PB (2;5.21)
- (30) ADULTO: (es)tá a acabar.
ADULTO: só (es)ta aqui mais um bocadinho.
CRIANÇA: **há** ali um passarinho PE (2;1.11)

(31) ADULTO: mas olha # aqui há mais # aqui
dentro anda ver o que aconteceu a estes.
abre o livro.

CRIANÇA: há mais. PE (2;6.1)

Dados gentilmente cedidos por Telma Magalhães.

4 Uma possível causa para a ascensão de *ter* e a supressão de *haver*

Callou & Avelar (a sair) defendem que a ascensão de *ter* e a supressão de *haver* como verbo existencial prototípico correspondem a um processo encaixado num conjunto mais amplo de mudanças, associadas ao enfraquecimento da concordância no português brasileiro. É amplamente difundida na literatura a idéia de que foi a redução do paradigma flexional o fator responsável pelas restrições ao sujeito nulo nesta língua. De um lado, estudos como os de Duarte 1995 mostram uma diferença significativa entre o português europeu e o português brasileiro no que tange à frequência do sujeito nulo, menor neste que naquele; de outro, propostas como as de Ferreira 2000 perseguem implementações técnicas para sustentar que os contextos de sujeito nulo no português brasileiro não são do mesmo tipo que os observados em verdadeiras línguas pro-drop, idéia que já vem sugerida, por exemplo, em abordagens como as de Figueiredo Silva 1996:120. Callou & Avelar (a sair) defendem que foram tais mudanças que levaram *ter* à condição de verbo existencial.

Antes de prosseguir, vou apresentar brevemente o tratamento que forneci para *ter* em Avelar 2004, relevante para a presente abordagem. Nesse trabalho, adotando uma visão não-lexicalista, defendi que *ter* traz em comum com *ser* e *estar* um conjunto de traços abstratos, condensados na versão estativa de *v* (a categoria *light verb*, assumida em Chomsky 1995). A realização de v_{est} como *ter*, *ser* ou *estar* dependeria de condições de localidade: ao fim da derivação, v_{est} vai estar adjacente (no sentido de Bobaljik 1995) a outra(s) categoria(s), responsável(is) pela interpretação da sentença como existencial, possessiva, copular *stage level* ou copular *individual level*. Não vou adentrar aqui na especificidade dessas categorias, nem me deter nas evidências que foram fornecidas, impossível para os limites deste trabalho. O esquema esboçado em (32) a seguir corresponde, *grosso modo*, ao que propus para dar conta das informações acessadas pelo sistema, no caminho da Forma Fonológica (ver o esquema em (1), na seção 1), na escolha da matriz que

deve materializar v_{est} (leia-se *contexto* como conjunto de traços abstratos que fornecem uma interpretação possessiva, existencial ou copular).

- (32) $v_{est} \leftrightarrow ter$ / ___ contexto possessivo, contexto existencial
 $v_{est} \leftrightarrow ser$ / ___ contexto copular *individual level*
 $v_{est} \leftrightarrow estar$ / ___ contexto copular *stage level*

Voltemos à ascensão de *ter* e supressão de *haver*. Callou & Avelar (a sair) argumentam que a entrada de *ter* em contextos existenciais teve início entre os chamados “contextos opacos”, que podem ser interpretados como existenciais por falantes do português brasileiro contemporâneo, mas que consistem, na verdade, em verdadeiras construções possessivas. Os casos abaixo, extraídos de documentos notariais do século XVII, exemplificam tais contextos.

- (33) ...e assim diserão elles doadores que tinhão e em caza tres crianças emgeitadas que elles criarão Manoel Jozeph Pascoal os quais emcomendão aos **Religiozos** seos herdeiros os tenham debaixo de sua propteção e os dotrinem como filhos juntamente com os mamalucos forros que em sua caza tem, em fé do qual assim o outrogarão,... – 1632
- (34) O Padre Prior e mais Religiozos do Conuento de Nossa Senhora do Carmo [dis] que elles querem comesar as obras de sua Igreja o que he bem e honrra da terra por ser templo donde concorre toda a gente della e hora tem huã pedreira aberta em huma Ilha que esta no mar da Ilha de Sam Bento – 1619
(dados de textos notariais, disponibilizados por Sílvia Eleutério (ver Eleutério 2003))

Se oferecermos a essas construções um juízo com base na gramática do português brasileiro contemporâneo, a interpretação preferencial (e talvez a única, para boa parte dos falantes) para as construções destacadas é a existencial, e não possessiva. Contudo, se apresentadas a um falante do português europeu contemporâneo (ou, se fosse possível, para um falante contemporâneo dos autores destas cartas), as mesmas construções seriam interpretadas como possessivas. Notemos ser possível indicar um sujeito para *ter* em qualquer dos casos: em (33), *os Religiozos*; em (34), surgem três candidatos: *o Padre Prior e os mais Religiozos do Convento, sua Igreja e a terra*.

O mesmo tipo de “equivoco” pode ocorrer quando um falante do português brasileiro se defronta com uma construção como aquela sublinhada no trecho a seguir, produzido por um falante do português europeu contemporâneo. A sentença *tinha uns bancos de madeira* é possessiva, com um sujeito nulo co-referente a *uma tasca* ou *aquela tasca*, de modo que a interpretação da sentença é *a tasca tinha uns bancos de madeira*. O falante do português brasileiro chegaria a uma interpretação similar, mas tendo como base, para a sentença sublinhada, uma construção existencial do tipo *tinha uns bancos de madeira dentro da tasca*, uma vez que parece impossível interpretar, nesta gramática, um sujeito nulo associado a *tinha* em tal contexto.^{6 7}

⁶ Sobre a construção em (35), um dos revisores deste artigo atenta para o fato de que se trata de um contexto de coordenação, que favorece sujeitos nulos mesmo em línguas não *pro-drop*. Surpreende, portanto, a restrição observada no português brasileiro. O revisor destaca que a interpretação possessiva seria natural se estivesse presente o traço de animacidade para um suposto possuidor, e fornece o seguinte caso como exemplo: *...fomos ver uma mulher. Aquela mulher que eu já te contei, que era tipo assim uma índia... tinha umas formas arredondadas...* De acordo com minha avaliação, contudo, a interpretação possessiva para *ter* é marginal neste contexto, a menos que a construção não seja tomada como coordenada, de modo que o seu sujeito corresponda ao próprio constituinte nominal *aquela mulher...* É possível que diferenças de língua-I (entre a minha gramática internalizada e a gramática do revisor) estejam entrando em jogo na determinação de aceitabilidade dessas construções. De qualquer forma, a interessante questão trazida pelo revisor merece uma discussão que é impossível de ser desenvolvida nos limites deste artigo.

Um outro ponto ressaltado pelo revisor é o fato de muitos verbos plenos resultarem numa leitura de interpretação arbitrária quando em contextos idênticos aos de *ter* em (35), como *vender* em *vendia lá uns bancos de madeira*, ou *ver* em *daqui vê a cidade toda* (sobre esse processo, ver Franchi, Negrão & Viotti 1998). A questão trazida é a do porquê de *ter*, em construções como *aqui tem carro*, não resultar numa leitura com sujeito de interpretação arbitrária, algo como *aqui qualquer um tem carro*, em vez de *aqui existem carros*. O contraste pode estar relacionado ao fato de a natureza do *v* em sentenças com *ter* ser diferente da do *v* que entra em sentenças com *vender* e *ver*: para estes, teríamos um *v* agentivo, que normalmente licencia em seu especificador um agente; para *ter*, entra em jogo a versão estativa de *v*, que não receberia qualquer elemento em seu especificador (ver capítulo 3 de Avelar 2004). A necessidade de *v* agentivo mostrar um agente em seu domínio levaria à que algum agente esteja implícito no estado de coisas veiculado, ainda que não expresso e/ou sem referência definida, o que não ocorreria com *v* estativo. Outro ponto interessante é que verbos que não exprimem ação, como *adorar*, não admitem a interpretação de sujeito arbitrário (comparem-se *em São Paulo vende café* e **em São Paulo adora café*). Notemos que *adorar*, nesse contexto, não consiste num verbo agentivo; em termos formais, é possível que o contraste esteja radicado nos requerimentos de *v* estativo (que integraria a sentença com *adorar*) em torno da necessidade ou não de um elemento ser interpretado em seu especificador quando da ausência de um constituinte realizado. Se *v* estativo realmente dispensa um especificador, isso entraria em choque com a necessidade de *adorar* dispor de dois argumentos, o que explicaria a má-formação de **em São Paulo adora café*.

⁷ Há contextos de sujeitos nulos com *ter* nos quais a interpretação possessiva é possível, como em *O rapaz disse que tinha um carro*, em que o sujeito de *ter* na subordinada pode ser apontado como o mesmo da principal. Em propostas como as de Ferreira

- (35) e depois fomos para **UMA TASCA**, meu, que era espectacular. então é **AQUELA TASCA** que eu já te contei, que era: tipo u[...], uma garagenzinha, estás a ver, e tinha uns bancos de madeira, tipo, umas tábuas de madeira em cima de tijolos (Década de 90 / Faixa Etária 1 – disponível em www.letras.ufrj.br/varport)

Dessa forma, o que provavelmente está entrando em jogo na interpretação dessas sentenças possessivas como existenciais são restrições ao sujeito nulo. Se for este o caso, podemos afirmar que só se passou a “interpretar equivocadamente” sentenças com *ter* quando se perdeu a capacidade de operar o sujeito nulo da mesma forma que no português europeu. Considerando colocações como as de Duarte 1995, Galves 1996 e Tarallo 1996, é no final do século XIX e/ou início do XX que começam a surgir os sinais de mudança no que concerne aos efeitos do enfraquecimento da concordância (e, por extensão, das restrições ao sujeito nulo). Interessantemente, é também no final do século XIX que começamos a detectar casos em que *ter* ocorre em contextos inequivocamente existenciais, como apontado em Callou & Avelar 2003. Ou seja, até algum ponto do século XIX (pelo menos, no refletido pela língua escrita), um falante do português no Brasil não tinha dificuldades para interpretar sujeito nulo e, ao mesmo tempo, mantinha *ter* como exclusivamente possessivo. Nesse estágio, aquele esquema que apresentamos em (32) tem de abarcar a possibilidade de v_{est} como *haver*, tal como indicado em (36) a seguir: essa matriz correspondia a um item funcional, sendo inserida na estrutura pelo acesso à LISTA II (ver (1)). Por que então *haver* teria sido excluído desse rol, com a especificação de “contexto existencial” passando a ser associada a *ter*?

- (36) $v_{est} \leftrightarrow ter$ / ___ contexto possessivo
 $v_{est} \leftrightarrow haver$ / ___ **contexto existencial**

$v_{est} \leftrightarrow ser$ / ___ contexto copular *individual level*
 $v_{est} \leftrightarrow estar$ / ___ contexto copular *stage level*

2000, isso se explica pelo fato de *o rapaz* ter sido gerado na posição de sujeito da subordinada, para depois ser movido para a principal. Diferentemente do português europeu, não existiria qualquer instanciação de pro_{ref} na situação. O mesmo processo seria impossível em (35), já que não há como o sistema computacional efetivar o movimento de *aquela tasca* de dentro da aparente sentença coordenada com *ter* para a posição em que esse constituinte se realiza.

Para lidar com a questão, consideremos que as alterações envolvendo sujeito nulo resultem da perda de *pro*-referencial (pro_{ref}), ocasionado pela redução do paradigma flexional, como largamente assumido na literatura sobre o português brasileiro. Sendo este o caso, haverá um estágio I em que um indivíduo conta com pro_{ref} na posição de sujeito de *ter*, como indicado em (37a) a seguir, e um estágio II, em que pro_{ref} não estará mais disponível, como em (38a). No estágio I, a sentença com *ter* apresenta uma significação possessiva: o sujeito nulo, como pro_{ref} , será interpretado como *os Religiosos*; para ser existencial, a construção deveria contar necessariamente com *haver*, como em (37b). No estágio II, passa a ser impossível interpretar esse uso de *ter* como possessivo, dada a impossibilidade de pro_{ref} na posição de sujeito. Para a interpretação de posse, é necessário um pronome junto a *ter*, como em (38b).

(37) ESTÁGIO I

- a. interpretação possessiva: “[elles] emcomendão a[os Religiosos_i] seus herdeiros os tenham debaixo de sua proptecção e os dotrinem como filhos juntamente com os mamalucos forros que em sua_i caza [**pro**_i] **tem** (...)”
- b. interpretação existencial: os mamalucos forros que em sua caza **havia**

(38) ESTÁGIO II

- a. interpretação existencial: “[elles] emcomendão a[os Religiosos_i] seus herdeiros os tenham debaixo de sua proptecção e os dotrinem como filhos juntamente com os mamalucos forros que em sua_i caza **tem** (...)”
- b. interpretação possessiva: [os Religiosos_i] os mamalucos forros que em sua_i caza [**elles**_i] **tem**

Como então o indivíduo, no processo de aquisição no estágio II, pôde interpretar uma frase com em (38a), sem pro_{ref} ? Uma possível resposta passa pela observação de que existe um paralelismo semântico claro entre construções possessivas e existenciais. Esse paralelismo não é um fato restrito a certas gramáticas; pelo contrário, há fortes indícios de que esteja radicado em propriedades cognitivas da mente humana, uma vez que as línguas naturais, de uma forma geral, o demonstram (ver, por exemplo, Clark 1978, Heine 1997 e o capítulo 1 de Avelar 2004). Estudos como os de Freeze 1992 e Hornstein, Rosen & Uriagereka 2002 são alguns dos que se ocupam da sistematização de identidades entre as expressões de posse e existência. No português europeu e no inglês, por

exemplo, essa identidade se evidencia em casos como os que seguem.⁸ Em (39), *Lisboa* é tomado como local/continente/todo, e *praias belíssimas* como localizado/conteúdo/parte, tanto na existencial em (39a) como na possessiva em (39b); da mesma forma, uma das interpretações possíveis em (40a) atribui para *a Ford T engine* e *my Saab* os mesmos papéis observados na possessiva em (40b). Ou seja, embora estruturalmente diferentes, e de ocorrerem com verbos diversos, a existencial e a possessiva nessas línguas podem ser tematicamente paralelas.

- (39) a. Há praias belíssimas em Lisboa.
 b. Lisboa tem praias belíssimas.
- (40) a. There is a Ford T engine em my Saab.
 b. My Saab has a Ford T engine.

Apoiado nesse paralelismo, o indivíduo sem pro_{ref} , diante de uma construção como aquela em (38a) no seu *input*, foi levado a interpretá-la como existencial, saída que parece a menos ‘prejudicial’ para determinar um valor possível, que não o possessivo, para o verbo *ter*. Digo menos ‘prejudicial’ em função do compartilhamento de propriedades semântico-sintáticas, o que significa que conferir um significado existencial para as possessivas com *ter* parece ser o recurso que provoca menos erosão no significado original da sentença. No caso de (38a), por exemplo, a existência de *mamalucos forros em sua caça* é um fato tanto na interpretação possessiva do estágio I, como na existencial do estágio II. A informação que o indivíduo não pode assumir no estágio II é a de que os *mamalucos* sejam uma posse dos *religiosos*, diferentemente do estágio I. Como resultado da ausência de pro_{ref} , *ter* teve de adquirir uma segunda especificação para sua inserção em v_{est} , determinada como em (41) a seguir: no novo estágio, além de poder ser inserida em contextos possessivos, sua matriz foi reanalisada como especializada em contextos existenciais.

- (41) $v_{estativo} \leftrightarrow ter / \text{ ___ contexto possessivo, contexto existencial}$

⁸ Os exemplos em (40), do inglês, foram extraídos de Hornstein, Rosen & Uriagereka 2002, num estudo em que se propõe que construções com *have* são derivadas de construções em que *be* é incorporado a uma preposição abstrata. Sentenças possessivas e existenciais teriam, assim, uma origem derivacional em comum, idéia que persigo em Avelar 2004, considerando fatos do português brasileiro.

E o que dizer da especificação envolvendo *haver*, que no estágio I consistia na matriz para os contextos existenciais? Em princípio, não deveria existir impedimento para a permanência de *haver* na lista de funcionais do estágio II, tal como sugerido em (42) a seguir: o sistema poderia simplesmente aceitar que a informação relativa a *contexto existencial* se associasse a duas matrizes, e não apenas a uma.

- (42) $v_{est} \leftrightarrow ter / \text{___} \text{ possessivo e existencial}$
 $v_{est} \leftrightarrow haver / \text{___} \text{ existencial}$
- $v_{est} \leftrightarrow ser / \text{___} \text{ copular individual level}$
 $v_{est} \leftrightarrow estar / \text{___} \text{ copular stage level}$

Contudo, diante dos fatos apresentados nas seções 2 e 3, temos razões para considerar que *haver* deixou de ser um verbo funcional e, como tal, não deve compor o acervo ao lado de *ter*, *ser* e *estar*. Se (42) fosse correto, *haver* provavelmente mostraria um percentual significativo de ocorrência, seria freqüente na fala de crianças e não causaria estranhamento numa gama de situações. Assim, por que o esquema em (42) não se manteve, com *ter* e *haver* convivendo “pacificamente” como duas matrizes apropriadas a um mesmo contexto?

Pela Morfologia Distribuída, a resposta pode estar na atuação do *Subset Principle* (ver seção 1), o qual determina que, se duas matrizes compartilham informações condizentes com uma categoria abstrata, é eleita a que traz o maior número de informações sobre essa categoria. Com relação a (42), temos duas entradas cuja matriz pode ser inserida em contextos existenciais: a de *ter* e a de *haver*. O *Subset Principle* colapsa, contudo, em tal situação, porque a informação compartilhada entre *ter* e *haver* é a mesma. Ou seja, não estamos diante de um caso em que uma matriz está associada a um número maior ou menor de informações sobre uma categoria, mas de uma situação em que duas matrizes comportam as mesmas informações. Isto significa que, diante de (42), é impossível a aplicação do Princípio, já que não há como definir a competição em favor de um ou outro item.

No processo de aquisição, portanto, o aprendiz jamais especificaria a informação *contexto existencial* para duas matrizes distintas. A saída foi a eliminação de *haver* do acervo de itens funcionais, com *ter* sendo analisado como o existencial prototípico. Ressalte-se que, se ocorresse o contrário, com *haver* mantendo a especificação

de *contexto existencial*, e *ter* se mantendo exclusivamente como possessivo, as construções em que *ter* aparece sem sujeito ficariam sem interpretação. Essa é, obviamente, uma situação impensável: no processo de aquisição, o aprendiz precisa atribuir interpretação a qualquer objeto lingüístico que lhe é fornecido; a criança não divide os dados entre os que podem e os que não podem ser interpretados: em condições normais, sua competência a conduz a enxergar todas as construções do *input* como passíveis de serem interpretadas.

Existem fatos compartilhados por diferentes línguas naturais que levam a crer na validade desta proposta. Por exemplo, numa lista de verbos existenciais/locativos, possessivos e copulativos num conjunto de 33 línguas fornecida em Clark 1978, observa-se que em apenas duas línguas vão existir dois itens vocabulares para expressar algumas dessas construções: o tagalog, que pode empregar os verbos *nasa* e *kay* para um determinado tipo de posse, e o japonês, que usa os verbos *iru* e *aru* em existenciais. Isso indica que, dada a universalidade do *Subset Principle*, é impossível a manutenção de duas ou mais diferentes matrizes associadas a uma mesma especificação para v_{est} . Mesmo em línguas como o japonês, com dois verbos existenciais, a escolha entre uma ou outra matriz leva em conta informações subspecificadas: *iru* é selecionado nos contextos em que o complemento do verbo é [+animado], enquanto *aru*, para complementos [-animado]; estas informações devem estar presentes no conjunto de especificações correspondentes às duas matrizes, de modo que o *Subset Principle* possa selecionar uma ou outra adequadamente.⁹

Em síntese, na passagem do estágio I para o estágio II (que estou assumindo ter ocorrido em algum ponto do século XIX), ocorreu uma alteração no acervo de verbos funcionais como apontado a seguir, em função de requerimentos do sistema para a aplicação do *Subset Principle*: no primeiro estágio, que coincide com o período em que se alocava pro_{ref} na posição de sujeito, o sistema dispunha de quatro verbos – *ter*, *haver*, *ser* e *estar* – para v_{est} ; no segundo, em que se perde pro_{ref} , o paradigma foi reduzido para três verbos

⁹ Na própria história do português, há evidências de que a manutenção de itens com idênticas condições de inserção não é suportada. Por exemplo, *ser* era o existencial no português arcaico, mas não pôde sustentar o posto após a ascensão de *haver*; da mesma forma, *haver* teve de deixar de ser um verbo possessivo quando *ter* entrou para este contexto; e *ser* teve de deixar de ser a cópula *stage level* com o uso de *estar* como tal.

– *ter*, *ser* e *estar*, com a saída de *haver* do acervo das categorias funcionais.¹⁰

(43) ESTÁGIO I

$v_{est} \leftrightarrow ter / \text{___ contexto possessivo}$
 $v_{est} \leftrightarrow haver / \text{___ contexto existencial}$
 $v_{est} \leftrightarrow ser / \text{___ contexto individual level}$
 $v_{est} \leftrightarrow estar / \text{___ contexto stage level}$

(44) ESTÁGIO II

$v_{est} \leftrightarrow ter / \text{___ contexto possessivo, existencial}$
 $v_{est} \leftrightarrow ser / \text{___ contexto individual level}$
 $v_{est} \leftrightarrow estar / \text{___ contexto stage level}$

5 Finalizando

Se a abordagem defendida aqui estiver correta, as experiências relatadas na introdução – a atribuição de significados diferentes para *haver* e *houver* e as restrições de ocorrência em certas construções existenciais – resultam de um processo em que *haver* teve de ser excluído do acervo de itens funcionais da língua. A permanência deste verbo em alguns contextos deve provavelmente estar condicionada, dentre outros fatores, ao processo de aquisição da escrita, em que ainda se valoriza um padrão no qual as existenciais sejam construídas da mesma forma que no português europeu. A validação desta e de outras idéias apresentadas depende da ampliação do banco de dados de língua oral, de forma a permitir o confronto de diferentes registros da língua, bem como de maiores evidências em torno do aparato técnico aqui empregado na tentativa de formalizar a supressão de *haver* no português brasileiro.

¹⁰ Um dos revisores deste artigo destaca que, uma vez que tenha se tornado um verbo substantivo, seria esperado que *haver* fosse produtivo nos diferentes tempos verbais, o que não se verifica entre os dados de fala levantados. Uma hipótese mais adequada para esse quadro seria, no entender do revisor, a de que *haver* tenha passado a integrar construções fixas, e não a de que tenha se tornado um verbo pleno. É impossível, nos limites deste artigo, avançar na questão. Parece-me, contudo, que numa ou noutra hipótese teríamos de assumir a migração de *haver* do acervo de itens funcionais para o de itens substantivos. A questão seria a de como desenvolver uma implementação técnica para gerar, à luz da Morfologia Distribuída, as supostas expressões fixas que estariam ocorrendo com *haver*.

Referências

- Avelar, J. 2004. *Dinâmicas morfosintáticas com 'ter', 'ser' e 'estar' em português brasileiro*. Dissertação de Mestrado. IEL-UNICAMP.
- Bobaljik, J. 1995. Morphosyntax: the syntax of verbal inflection. MIT Linguistics.
- Callou, D. & J. Avelar. 2000. Sobre *ter* e *haver* em construções existenciais: variação e mudança no português do Brasil. *Gragoatá* 9. 85-114.
- Callou, D. & J. Avelar. 2002. Estruturas com 'ter' e 'haver' em anúncios do século XIX. In T. Alkmim, *Para a história do português brasileiro*, Vol. III. São Paulo: Humanitas-USP. 47-68.
- Callou, D. & J. Avelar. 2003. *'Ter' and 'haver' in the history of Portuguese: the appearance of 'ter' in existential environments*. Comunicação apresentada no NWAVE 32, na Universidade da Pensilvânia, outubro/2003.
- Callou, D. & J. Avelar. (a sair). *Sobre a emergência do verbo possessivo em contextos existenciais na história do português*.
- Chomsky, N. 1995. *The minimalist program*. Cambridge: MIT Press.
- Chomsky, N. & H. Lasnik. 1993. The theory of Principles and Parameters. In J. Jacobs, A. von Stechow, W. Sternfeld e T. Vennemann (orgs.). *Syntax*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- Clark, E. 1978. Locational: existential, locative and possessive constructions. In J. Greenberg (org.). *Universal of human languages*, V. 4. Stanford: Stanford University Press, pp 85-126.
- Duarte, M. E. 1995. *A perda do princípio Evite Pronome no português brasileiro*. Tese de Doutorado. IEL-UNICAMP.
- Eleutério, S. 2003. *A variação ter/haver: documentos notariais do século XVII*. Tese de Doutorado. FL-UFRJ.
- Embick, D. & M. Hale. 2004. *Word formation: aspects of the latin conjugation in Distributed Morphology*. Ms.
- Embick, D. & R. Noyer. 2004. *Distributed Morphology and the Syntax/Morphology Interface*. Ms.
- Ferreira, M. 2000. *Argumentos nulos em português brasileiro*. Dissertação de Mestrado. IEL-UNICAMP.
- Figueiredo Silva, M. C. 1996. *A posição sujeito no português brasileiro*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Franchi, C., E. Negrão e E. Viotti. 1998. Sobre a gramática das orações impessoais com *ter/haver*. *D.E.L.T.A.* 14. 105-131.
- Freeze, R. 1992. Existential and other locatives. *Language* 68. 553-595.
- Galves, C. 1996. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In I. Roberts & M. Kato (orgs.). *Português brasileiro – Uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 387-408.

- Halle, M. & A. Marantz. 1994. Some key features of Distributed Morphology. *MIT Working Papers in Linguistics* 21. 275-288.
- Heine, B. 1997. *Possession: cognitive sources, forces and grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hornstein, N., S. Rosen e J. Uriagereka. 2002. *Integrals*. (Disponível em 11/10/2002 em <http://www.ling.umd.edu/Uriagereka/papers.html>)
- Leite, Y. & D. Callou. 2002. *Como falam os brasileiros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.
- Magalhães, T. (em preparação). *O sistema pronominal sujeito e objeto na aquisição do português europeu e do português brasileiro*.
- Marques, M. H. D. 1996. *O Vocabulário da Fala Carioca*. Vol. I - Ordem de Frequência Decrescente. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ.
- Mattos e Silva, R. V. 1989. *Estruturas trecentistas*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Mattos e Silva, R. V. 1997. Observações sobre a variação no uso dos verbos *ser*, *estar*, *haver*, *ter* no galego-português ducentista. *Estudos lingüísticos e literários*, 19. 253-285.
- Mattos e Silva, R. V. 2002. Vitórias de *ter* sobre *haver* nos meados do século XVI: usos e teorias em João de Barros. In Rosa Virgínia Mattos e Silva & Américo Venâncio Filho. *O Português Quinhentista – Estudos Lingüísticos*. Salvador: EDUFBA/UEFS. 121-142.
- Ribeiro, J. 1914. *Grammatica Portugueza*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.
- Roberts, I. 1993. *Verbs and Diachronic Syntax*. Dordrecht, Kluwer.
- Tarallo, F. 1996. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In I. Roberts & M. Kato (eds), *Português brasileiro – Uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 35-68.
- Viotti, E. 1999. *A sintaxe das sentenças existenciais no português do Brasil*. Tese de Doutorado. FFLCH-USP.